



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 740-A, DE 2023 **(Do Sr. Alfredo Gaspar)**

Suspende o pagamento de proventos a acionistas de Sociedades por Ações quando envolvidas em desastres ambientais e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, pela rejeição (relator: DEP. DELEGADO RAMAGEM).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIACÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão



PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2023
(Do Sr. Alfredo Gaspar)

Suspende o pagamento de proventos a acionistas de Sociedades por Ações quando envolvidas em desastres ambientais e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei suspende o pagamento de proventos a acionistas de Sociedades por Ações quando envolvidas em desastres ambientais.

Art. 2º Insira-se, onde couber, o seguinte artigo à Lei nº 6.404, de 1976:

“Art. XX As Sociedades por Ações envolvidas em desastres ambientais deverão suspender o pagamento de proventos aos acionistas, observadas as seguintes condições:

I – A suspensão de que trata o caput deste artigo refere-se a qualquer provento, incluídos dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações, entre outros, devendo ser observada a partir da ocorrência do desastre, até o ressarcimento total dos atingidos;

II – Deverá ser suspenso o pagamento de proventos aos acionistas controladores e aos diretores e demais membros de órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos que porventura detenham ações da companhia quando da ocorrência do desastre;

III – Os valores suspensos deverão ser registrados em reserva específica e têm como objetivo compor fundos para o pagamento de indenizações e outras compensações, podendo ser revertidos novamente em proventos somente após o ressarcimento das partes atingidas.

§ 1º Deverá a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) regulamentar o disposto neste artigo, no que se refere às companhias de capital aberto, inclusive no tocante à caracterização do envolvimento das mesmas em desastres ambientais.





§ 2º Os salários pagos a dirigentes e conselheiros não figuram entre os proventos mencionados no inciso I do caput.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos 10 anos, o Brasil foi palco de grandes e graves desastres ambientais. Dentre eles, citamos três exemplos que ganharam as manchetes no país e mundo afora: Mariana e Brumadinho, ambos em Minas Gerais; e Maceió, em Alagoas. Em comum aos três, o fato de que a origem dos desastres tem como causa a atividade empresarial. Em primeiro lugar, quando uma empresa causa um desastre ambiental, ela prejudica não apenas o meio ambiente, mas também as comunidades e a economia local. Isso pode levar a perda de vidas, perda de moradias, perda de empregos, além da interrupção das atividades econômicas e a uma série de outros impactos negativos.

Tanto a Vale, segunda maior mineradora do mundo, responsável pelos desastres de Mariana e Brumadinho, quanto a Braskem, gigante nacional do ramo petroquímico, responsável pelo desastre de Maceió, foram as causadoras dos eventos acima citados, devendo judicialmente elevadas quantias aos atingidos e ao Poder Público.

Ao mesmo tempo em que as ações judiciais e as tratativas se desenrolam, as empresas continuam suas atividades econômicas e auferem lucros de maneira recorrente. Lucros que são distribuídos aos acionistas em forma de proventos. Consideramos que é justo e razoável que as empresas responsáveis por causar danos ambientais sejam responsabilizadas e impedidas de se beneficiar financeiramente com seus negócios enquanto toda a reparação não for finalizada, especialmente no que se refere à parcela que cabe aos acionistas controladores e aos dirigentes que porventura tenham ações da empresa. Ao delimitar a controladores e dirigentes, pune-se quem realmente toma decisões pela companhia, além de proteger minoritários que em nada participam do dia-a-dia da empresa.

Impedir a distribuição de proventos por empresas que causaram desastres ambientais pode ser uma maneira eficaz de incentivar a responsabilidade ambiental e social. Se as empresas têm ciência de que serão responsabilizadas financeiramente, podem ser incentivadas a tomar medidas proativas para minimizar os riscos ambientais e sociais, sendo assim dirimindo as possibilidades de eventuais desastres. Isso pode incluir investir em tecnologias mais limpas, estabelecer protocolos rigorosos de segurança ambiental e priorizar a transparência e prestação de contas em relação às suas práticas de negócios.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Por fim, impedir a distribuição de proventos por empresas que causaram desastres ambientais pode ser uma forma justa e equitativa de garantir que as comunidades afetadas pelos danos ambientais sejam devidamente compensadas. As empresas podem ser obrigadas a estabelecer fundos de indenização ou outros mecanismos de compensação para apoiar a recuperação ambiental e ajudar a restaurar as comunidades atingidas.

Em resumo, este projeto tem por objetivo inviabilizar a distribuição de proventos por empresas que causem desastres ambientais que, em consequência, dão origem a perda de vidas, de moradias, de empregos, dentre outros problemas à comunidade local e à região; e é plenamente justificado por questões de responsabilidade ambiental, equidade e justiça econômica.

Sala das Sessões, em de de 2023.

DEPUTADO Alfredo Gaspar
União/AL



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEGISLAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1976-12-15;6404

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO

PROJETO DE LEI Nº 740, de 2023

Suspende o pagamento de proventos a acionistas de Sociedades por Ações quando envolvidas em desastres ambientais e dá outras providências.

Autor: Deputado Alfredo Gaspar - UNIÃO/AL

Relator: Deputado Delegado Ramagem – PL/RJ

I – RELATÓRIO

O projeto propõe alteração no texto da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações.

Segue o texto da proposição apresentada:

“Art. 1º Esta Lei suspende o pagamento de proventos a acionistas de Sociedades por Ações quando envolvidas em desastres ambientais.

Art. 2º Insira-se, onde couber, o seguinte artigo à Lei nº 6.404, de 1976:

‘Art. XX As Sociedades por Ações envolvidas em desastres ambientais deverão suspender o pagamento de proventos aos acionistas, observadas as seguintes condições:

I – A suspensão de que trata o caput deste artigo refere-se a qualquer provento, incluídos dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações, entre outros, devendo ser observada a partir da ocorrência do desastre, até o ressarcimento total dos atingidos;



II – Deverá ser suspenso o pagamento de proventos aos acionistas controladores e aos diretores e demais membros de órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos que porventura detenham ações da companhia quando da ocorrência do desastre;

III – Os valores suspensos deverão ser registrados em reserva específica e têm como objetivo compor fundos para o pagamento de indenizações e outras compensações, podendo ser revertidos novamente em proventos somente após o ressarcimento das partes atingidas.

§ 1º Deverá a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) regulamentar o disposto neste artigo, no que se refere às companhias de capital aberto, inclusive no tocante à caracterização do envolvimento das mesmas em desastres ambientais.

§ 2º Os salários pagos a dirigentes e conselheiros não figuram entre os proventos mencionados no inciso I do caput.’

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Naquilo que aqui interessa, reproduzo as justificativas apresentadas pelo autor da proposta:

“Consideramos que é justo e razoável que as empresas responsáveis por causar danos ambientais sejam responsabilizadas e impedidas de se beneficiar financeiramente com seus negócios enquanto toda a reparação não for finalizada, especialmente no que se refere à parcela que cabe aos acionistas controladores e aos dirigentes que porventura tenham ações da empresa. Ao delimitar a controladores e dirigentes, pune-se quem realmente toma decisões pela companhia, além de proteger minoritários que em nada participam do dia-a-dia da empresa.

Impedir a distribuição de proventos por empresas que causaram desastres ambientais pode ser uma maneira eficaz de incentivar a responsabilidade ambiental e social. Se as empresas têm ciência de que



serão responsabilizadas financeiramente, podem ser incentivadas a tomar medidas proativas para minimizar os riscos ambientais e sociais, sendo assim dirimindo as possibilidades de eventuais desastres. [...].

Por fim, impedir a distribuição de proventos por empresas que causaram desastres ambientais pode ser uma forma justa e equitativa de garantir que as comunidades afetadas pelos danos ambientais sejam devidamente compensadas.”

Aberto o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao projeto, transcorreu *in albis* o período de 2/5/2023 a 11/5/2023, sem emendas.

O projeto está sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno desta Casa Legislativa e segue o regime ordinário de tramitação, de acordo com o art. 151, III do mesmo Regramento, tendo sido distribuído à esta Comissão Permanente Especializada para emissão do Parecer.

II - VOTO DO RELATOR

Excepcionando apenas o salário, a proposição impõe, com natureza de penalidade, a suspensão do pagamento de valores¹ aos acionistas controladores, diretores e membros dos órgãos de cúpula das Sociedades por Ações, sempre que tais entes empresariais se envolverem em desastres ambientais, com duração desde a ocorrência do incidente “até o ressarcimento total dos atingidos”.

Apesar da honrosa e louvável preocupação externada pela proposição, observa-se que a aplicação de sanção genérica aos dirigentes das sociedades empresárias, levando em consideração única e exclusivamente os cargos que ocupam, conflita com toda disposição tópica, ordenada e hierarquizada de normas e princípios que regem a personificação da pena e a ordem econômica.

¹ Incluindo “proventos, dividendos, juros sobre o capital, bonificações, entre outros.”



Como se sabe, a atividade empresarial é essencial para o desenvolvimento humano e social. Considerando o mundo integrado que vivemos, o qual clama por uma complexidade de bens serviços, é indiscutível a existência de uma demanda cada vez maior pela união e pela colaboração das pessoas, a qual se coloca praticamente inviável sem uma estrutura societária organizada que disponha de segurança jurídica.

Nesse contexto, o exercício de cargos de direção ou de controle, **por si só**, não pode ser marginalizado e tido como motivo apto para, sem nenhum outro critério justificador, ensejar a responsabilização pessoal e indistinta de todo e qualquer acionista que eventualmente venha a desempenhar alguma função estratégica em Companhias eventualmente envolvidas desastres ambientais.

No ponto, deve ser lembrado que o mandamento previsto no art. 49-A do Código Civil, no sentido de que *“a pessoa jurídica não se confunde com os seus sócios”*, traduz o básico princípio constitucional que estabelece a clara separação entre os direitos e deveres das pessoas jurídicas e das pessoas físicas.

Além disso, o inciso XLV do art. 5º da Constituição Federal prevê o postulado da **personificação da pena**, segundo o qual, como regra geral aplicável à seara do direito sancionador, a punição não pode passar da pessoa do infrator, pressupondo-se, ainda, a avaliação individualizada da culpabilidade daquele que será apenado.

A Jurisprudência firme do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL orienta que “no catálogo de direitos e garantias fundamentais está previsto que *“nenhuma pena passará da pessoa do condenado”* [...] Logo, em matéria de direito punitivo, não há como a conduta de uma pessoa *“implicar restrições a direitos fundamentais de outrem”* (RE 1.158.497/SC, Rel. Min. EDSON FACHIN).

A genérica e alargada responsabilidade objetiva pretendida pela proposição em exame é inadmissível no campo punitivo, porque nega ao cidadão indagado a possibilidade de provar a ausência de dolo ou culpa e, assim, não sofrer qualquer medida que restrinja os seus direitos.

Por oportuno, deve ser lembrado que o artigo 158 da Lei 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) prevê que a responsabilização pessoal de



administradores e controladores depende da ocorrência de uma conduta dolosa ou culposa que cause prejuízos, assim como da existência de fraude, de excesso de mandato ou de violação à lei ou ao estatuto.

Ao seu turno, o § 1º do mencionado dispositivo da Lei 6.404/1976 ressalva expressamente que *“o administrador não é responsável por atos ilícitos de outros administradores, salvo se com eles for conivente, se negligenciar em descobri-los ou se, deles tendo conhecimento, deixar de agir para impedir a sua prática”*.

Além de ir contra o sistema de responsabilidades vigente, o Projeto em análise também se mostra contraproducente, porque não garante o ressarcimento dos atingidos nem a reparação integral decorrente do desastre ambiental.

Com efeito, o nosso ordenamento jurídico já dispõe de medidas muito mais efetivas para se alcançar esse escopo.

O art. 3º da Lei 9.605/98 dispõe que *“as pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente”*, bem como que a responsabilidade destas *“não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato”* (**incluindo sócios e acionistas**).

Como se vê, para muito além da mera proibição da distribuição de proventos aos acionistas, atualmente, as quantias eventualmente repassadas a quem tiver contribuído de algum modo para o ilícito ambiental já podem ser destinadas — com muito mais eficácia e concretude do que prevê a proposição em análise — à reparação integral do dano (incluindo o ressarcimento das vítimas).

Conforme orientação do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, *“o Direito Ambiental adota, amplamente, a teoria da **desconsideração da personalidade jurídica** (in casu, v.g., os arts. 4º da Lei 9.605/1998 e 81 e 82 da Lei 11.101/2005). [...] O intuito é **viabilizar a plena satisfação de obrigações derivadas de responsabilidade ambiental**, [...]. No que tange à aplicação do art. 4º da Lei 9.605/1998, basta tão somente que a personalidade da pessoa jurídica seja ‘obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente’, dispensado, por força do princípio da **reparação in integrum** e do*



princípio poluidor-pagador, o requisito do "abuso", caracterizado tanto pelo "desvio de finalidade", como pela "confusão patrimonial", ambos próprios do regime comum do art. 50 do Código Civil" (REsp n. 1.339.046/SC, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma).

Segundo CELSO ANTONIO PACHECO FIORILLO, a Lei 9.605/1998 é aplicada *"a qualquer poluidor, a saber, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que por ação ou omissão viole a tutela jurídica dos bens ambientais"* (Curso de Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 150), englobando sócios e/ou acionistas de todas as sociedades empresárias.

O cenário até aqui percorrido demonstra que o Projeto de Lei, além de não propiciar uma garantia maior à que vigora no sistema vigente, tende tornar excessivamente desinteressante o exercício de cargos de direção e a captação de investidores nas sociedades por ações.

Ao gerar essa grave insegurança aos acionistas, de um modo geral, o projeto atenta contra o princípio da função social da empresa, cuja preservação se mostra extremamente necessária para a ampliação dos interesses coletivos, da criação de empregos, do pagamento de tributos, da geração de riqueza e do desenvolvimento econômico.

Ante o exposto, diante das inconsistências apontadas, voto pela REJEIÇÃO ao Projeto de Lei 740, de 2023.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado Delegado Ramagem

Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PROJETO DE LEI Nº 740, DE 2023

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, em reunião ordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela rejeição do Projeto de Lei nº 740/2023, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Delegado Ramagem.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Heitor Schuch - Presidente, Sonize Barbosa - Vice-Presidente, Augusto Coutinho, Ivoneide Caetano, José Rocha, Josivaldo Jp, Luis Carlos Gomes, Marcel van Hattem, Pompeo de Mattos, Alceu Moreira, Covatti Filho, Delegado Ramagem, Jorge Goetten, Marangoni, Mauricio Marcon e Vitor Lippi.

Sala da Comissão, em 19 de setembro de 2023.

Deputado HEITOR SCHUCH
Presidente

